



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

C.P.L.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.

CONTRATADO: L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74

Observação: A presente Dispensa de Licitação reger-se-á pelas normas contidas na Lei Federal 14.133/2021, publicada no dia 01.04.2021 no Diário Oficial da União.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Santaluz - BA, 05 de janeiro de 2026.

Ao Departamento de Compras

Em face da necessidade e possibilidade da contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, **SOLICITO**, pelo presente, pesquisa de preços, bem como o relatório final de valor, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial.

Anexo, encontra-se a planilha para realização do procedimento supracitado.

Em tempo, solicito que juntamente com a cotação de preços, seja solicitada, de forma atualizada:

- a)** Documentos relativos à habilitação jurídica (contrato social consolidado ou todas as alterações, documentos dos sócios e prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão do CNPJ);
- b)** Documentos de regularidade fiscal e trabalhista - certidão de regularidade com a municipal, fazenda estadual e fazenda federal, Certificado de regularidade relativa com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Atenciosamente,



Joseane Santos Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇO

ASSUNTO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.	
DADOS DA EMPRESA:	
RAZÃO SOCIAL/NOME:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE: ()	EMAIL:
VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme o Art. 90, § 3º da Lei 14.133/2021, o prazo de validade será regido pela administração no período de 60 (sessenta) dias corridos.	
BASE LEGAL: Art. 23, da Lei 14.133/2021.	

Planilha de Especificação

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	UND	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz	12	MÊS	R\$	R\$
VALOR GLOBAL					R\$

_____, ___, _____ DE 2026

Carimbo do CNPJ da empresa e assinatura do responsável



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

MODELO DE AVISO DE INTENÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

ART. 75, INCISO II, § 2º E 3º DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Câmara Municipal de Santaluz, Estado da Bahia, torna público aos interessados que pretende realizar a **contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.**

As empresas interessadas e que atendam ao objeto desta contratação, devem enviar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que será escolhida a mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 08/01/2026 às 12:00 horas.

A Proposta de Preços poderá ser entregue pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: camaramsladm@gmail.com.

Qualquer esclarecimento ou solicitação poderá ser realizado através de mesmo endereço físico ou eletrônico.

Santaluz - Bahia, 05 de janeiro de 2025.

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Santaluz - BA, 05 de janeiro de 2026.

A Sra. Joseane Santos Lopes

Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA.

Em face de solicitação da pesquisa de preços, para obtenção de preço referencial para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, **ENCAMINHO**, pelo presente, a pesquisa de preços, relatório final de valor (mapa comparativo) e a documentação necessária para comprovar o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimos, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial.

O valor global para contratação é de **R\$ 64.600,00 (sessenta e quatrocentos mil e seiscentos reais)**.

Anexo, encontram-se os preços extraídos por cotação.

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Atenciosamente,



Janete Ferreira dos Santos Oliveira
Diretora Administrativa



Feira de Santana - BA, 05 de Janeiro 2026

À CAMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA VOTAÇÃO ELETRÔNICA, EM FORMATO DIGITAL, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA L.

conforme especificações abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA VOTAÇÃO ELETRÔNICA, EM FORMATO DIGITAL, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA	12 meses	R\$5.400,00	R\$ 64.800,00
				R\$ 64.800,00

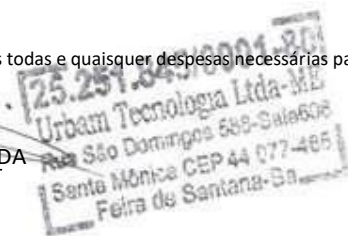
▪ **VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 61.100,00 (sessenta e mil e cem reais)**

▪ **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS**

*Declaramos que nos preços ofertados nesta proposta e os lances formulados estão inclusos todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta proposta.

URBAM TECNOLOGIA LTDA

25.251.845/0001-80



DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL: CYBERSOLUTIONS SERVICOS E PROJETOS LTDA		
CNPJ: 53.131.020/0001-68	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO: R VIRIATO SAMPAIO		
E-MAIL: cybertecsisistemas@hotmail.com		TELEFONE: 75-991903082
BANCO – INTER – 077	AGÊNCIA Nº:0001	CONTA CORRENTE Nº:33119948-3
VALIDADE DA COTACAO DE PREÇOS: 60 DIAS	PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: 5 DIAS UTEIS	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUAN T.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva	MÊS	12	5.300,00	63.600,00
Valor Total					63.600,00

Declaro para os devidos fins:

Que os preços cotados incluem : Identificação exata e precisa do serviço; preços unitários, com valores em reais, já inclusos todos os custos, como fretes, impostos, carga e descarga; condições e prazo de pagamento; condições e prazo de entrega ou execução.

Ainda declaro que:

Tive acesso ao documento que dispõe sobre as condições gerais de contratação, no qual constam todas as informações necessárias para elaboração da cotação dos preços.

ITABERABA, 05 DE JANEIRO DE 2026

CYBERSOLUTIONS SERVICOS E PROJETOS LTDA
53.131.020/0001-68





CLIENTE: CAMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PROPOSTA DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR MENSAL
01	• PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA VOTAÇÃO ELETRÔNICA, EM FORMATO DIGITAL, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVATIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA	5.450,00

VALOR TOTAL

65.400,00

PUBLISOL EIRELI

ITALLO CAIQUE CORREIA NARDI
CNPJ: 40.282.155/0001-82

AUTORIZADO

05/01/2026

Av Ruy Barbosa, 77
Centro - Itaberaba-Bahia
Email: itallonard@publisol.com.br
55+ 075 **99846-8967**



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Santaluz, 05 de janeiro de 2026.

Ao

Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Em atenção à determinação, verifica-se que a planilha de especificação e preço apresentado pelo setor requisitante, a qual objetiva contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, **Declaro:**

Os preços presentes no referido Termo de Referência se encontram dentro do parâmetro de mercado, obtido pelo menos, três orçamentos de empresas do ramo. Nas realizações das(os) das(os) compras e/ou serviços, a entendimento do TCU é firme em suas atribuições constitucionais em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado **previamente** à fase externa da licitação, é uma **exigência legal para todos os processos licitatórios**. Como referência, citam-se os acórdãos 2.742/2017-1ª Câmara, 1.022/2013-Plenário, 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-13 Câmara, 1.344/2008-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, 3.667/2009-2ª Câmara, 819/2009-Plenário, 2.170/2007-Plenário, 2380/2013-Plenário, 2337/2015-Plenário, 3.026/2010-Plenário, 868/2013-Plenário, 1.547/2007-Plenário e o processo TC nº. 013.754/2015-7. Por fim, é importante observar que "obrigação de seguir os preços praticados no mercado se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados, pois ambos são destinatários do regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas". Para tanto em observância aos fundamentos nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 (art. 72, inc. VII).

Atenciosamente,



Janete Ferreira dos Santos Oliveira
Diretora Administrativa



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

GABINETE DO PRESIDENTE – AUTORIDADE COMPETENTE

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO

Santaluz-BA, em 05 de janeiro de 2026.

A/C: Comissão de Contratação

REFERÊNCIA: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.

Em resposta ao ofício expedido pelo Departamento Administrativo, no dia 05/01/2026, **AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO** e encaminho ao setor de Licitações para demais providências administrativas.

Reitero a necessidade de encaminhamento do processo para o setor contábil, visando à indicação dos recursos orçamentários que correrão a despesa e para o setor jurídico para emissão de parecer acerca do atendimento dos requisitos exigidos pela Lei Federal 14.133/2021.



Joseane Santos Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PARECER CONTÁBIL

De: Comissão de Licitação

Para: Setor de Contabilidade

Assunto: Resposta ao Processo Administrativo nº. 007/2026

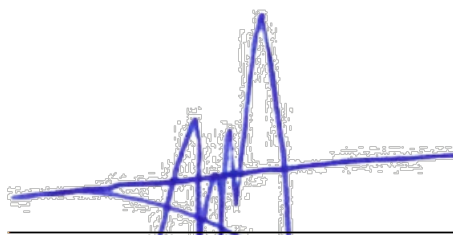
Senhora Agente de Contratações,

Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria, em consoante ao dispositivo legal, especialmente do art. 60 da Lei 4.320/64 (TCU, Acórdão 423/2011-Plenário), CERTIFICO, para os devidos fins que a despesas relativas à contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, tenho a informa-lhe que:

- a) Existe previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;
- b) As Dotações orçamentárias que correrão tal despesa são:
Órgão: 01
Projeto/atividade: 1.31.001.2.102
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte de recurso: 1500

Valor Global: R\$ 64.600,00 (sessenta e quatrocentos mil e seiscentos reais).

Atenciosamente,



Roger Jacson Costa Araújo
Setor de Contabilidade



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

EDITAL – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2026

DISPENSA DE VALOR, COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/21

(Processo Administrativo n.º 007/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Santaluz – Bahia, sediada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz – BA, CEP: 48.880-000, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS – As propostas poderão ser entregues pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: camaramsladm@gmail.com.

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

Data: 08/01/2026.

Horário: 12 Horas e 00 Minutos.

DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Santaluz/BA, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Órgão: 01

Projeto/atividade: 1.31.001.2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de recurso: 1500

VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para a contratação será de R\$ 64.600,00 (sessenta e quatrocentos mil e seiscentos reais).

PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:

A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no diário oficial, e os respectivos documentos deverão



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ser encaminhados ao e-mail: camaramsladm@gmail.com, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA DE VALOR N° 002/2026.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do sócio ou representante legal;

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Sistemas (FGTS);

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Regularidade com os Tributos Federais e a União);

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da empresa proponente, observada sua validade;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

PROPOSTA DE PREÇO

A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo deste Edital.

As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.	12	MÊS	R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PAGAMENTO

O pagamento decorrente de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata art. 72 da Lei 14.133, 01 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos, da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14,133/21.

Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito por parte da a Câmara Municipal de Santaluz/BA.

Santaluz/BA, em 05 de janeiro de 2026.

Jordania Lopes de Carvalho

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Departamento Administrativo

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme itens constantes no termo de referência.

DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.	12	MÊS	R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, especialmente no cumprimento de atividades administrativas, legislativas e representativas.

2.2. O veículo será utilizado para deslocamentos oficiais de vereadores e servidores no exercício de suas atribuições, incluindo participação em reuniões externas, visitas institucionais, diligências administrativas, capacitações, audiências públicas, compromissos junto a órgãos de controle, repartições públicas, entidades governamentais e demais atividades correlatas, garantindo mobilidade funcional e tempestividade no atendimento das demandas do Poder Legislativo.

2.3. A opção pela locação, em detrimento da aquisição de veículo próprio, revela-se medida mais vantajosa sob o prisma da economicidade e eficiência administrativa, considerando a ausência de custos com depreciação patrimonial, manutenção preventiva e corretiva estrutural, seguro, tributos e eventuais substituições de veículo por obsolescência, além de proporcionar maior flexibilidade contratual conforme a necessidade da Administração.

2.4. A exigência de que o veículo possua no máximo 10 (dez) anos de uso (ano de fabricação igual ou superior a 2016), esteja em ótimo estado de



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

conservação e funcionamento, em conformidade com as normas de segurança estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, e devidamente regularizado perante o Departamento Estadual de Trânsito da Bahia – DETRAN/BA, visa assegurar condições adequadas de segurança, confiabilidade mecânica e regularidade documental, minimizando riscos à integridade física dos ocupantes e à responsabilidade administrativa da Câmara.

2.5. A especificação de veículo equipado com ar condicionado, direção assistida, vidros e travas elétricas atende aos padrões mínimos de conforto e funcionalidade necessários ao desempenho das atividades institucionais, especialmente em deslocamentos intermunicipais ou de maior duração, contribuindo para melhores condições de trabalho e eficiência no cumprimento das agendas oficiais.

2.6. A inexistência de fornecimento de motorista decorre da organização administrativa da Câmara, que dispõe de servidor habilitado para condução do veículo oficial, o que reduz custos contratuais e otimiza os recursos públicos, observando-se o princípio da economicidade.

2.7. A contratação pretendida visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, a adequada representação institucional, a eficiência administrativa e a segurança nos deslocamentos oficiais, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

2.8. Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação, podendo esta se dar por Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os limites legais vigentes, a realização de prévia pesquisa de preços, a demonstração da vantajosidade e o cumprimento das demais exigências formais previstas na legislação aplicável.

3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

3.1. O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), especificadamente seu art. 75, inciso II, e visa contratar a empresa que ofertar o menor preço global.

4. DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

4.1. Considerando o valor da contratação sugerimos que seja feita uma dispensa de licitação com base no art. 75 da lei de licitações 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.2. A contratação será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei de Licitações, que diz:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

5. TIPO DE CONTRATAÇÃO:

5.1. Tipo de contrato aplicado a esta solicitação é o contrato de execução indireta e tem como objeto, o trato formal no âmbito do Direito Administrativo para a execução de uma atividade de interesse público, prestada à Câmara Municipal para atendimento de suas atividades.

6. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO:

6.1. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

6.2. Será exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação técnica (rol do artigo 67), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68) habilitação econômico-financeira (rol do artigo 69), todos da mesma legislação (Lei Federal 14.133/2021).

6.3. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

1. Contrato social da empresa (todas as alterações ou última consolidação);
2. Documento de Identificação dos sócios da empresa;
3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
5. Regularidade perante a Fazenda Municipal;
6. Regularidade perante a Fazenda Estadual;
7. Regularidade perante a Fazenda Federal;
8. Regularidade perante a Caixa Econômica Federal;
9. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
10. Atestado de capacidade técnica profissional e/ou operacional;

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da contratação, decorrente desta Dispensa de Licitação, será acompanhada e fiscalizada por servidor da Administração, especialmente designados, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021.

7.2. A contratante deverá indiciar um responsável legal, através de documento encaminhado para o e-mail **camaramsladm@gmail.com** ou protocolado pessoalmente no setor de licitações e contratos deste município, indicando os respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

representá-lo perante essa municipalidade na execução do contrato decorrente da dispensa de Licitação objeto deste termo de referência.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida dispensa de licitação, se dará:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

8.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica.

8.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

8.4. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.5. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

8.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.9. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal 14.133/2021.

9. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01

Projeto/atividade: 1.31.001.2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Fonte de recurso: 1500

10. DO PRAZO CONTRATUAL

10.1. O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura, e terá duração até 12 (doze) meses, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA obriga-se a:

11.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

11.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

11.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Câmara Municipal de Santaluz/BA ou a terceiros;

11.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.6. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

11.1.7. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

11.1.8. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

11.1.9. relatar à Câmara Municipal de Santaluz/BA toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.1.10. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.1.12. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

11.1.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.1.15. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.1.16. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.1.17. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

11.1.18. Substituir, no prazo de 02:00 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.1.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.1.19.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.1.20. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.2. Assegurar à CONTRATANTE:

11.2.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.2.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.3. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

11.4. Os termos indicados na proposta vinculam a referida contratação;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

12.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.

12.2. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.2.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados,



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.2.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.2.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.2.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.3. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.3.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-Santaluz, quando for devido;

12.3.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.3.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.4. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.5. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.7. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

contratada, das normas de segurança e Santaluz no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Câmara Municipal de Santaluz/BA, reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

13.3. Fica eleito o foro competente da Comarca Contratante como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

14. DO REAJUSTE

14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento de preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento

15. DAS SANÇÕES



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

15.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desse contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, sanções previstas em Lei, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa.

Santaluz, em 05 de janeiro de 2026.

Jordania Lopes de Carvalho

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO 1

PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência.

DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.	12	MÊS	R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$

- Validade: 60 (sessenta) dias.
- Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;
- Razão social;
- N° do CNPJ:

Apresentamos nossa proposta conforme o serviço e preço, estabelecidos no Edital.

_____, em xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Carimbo do CNPJ da empresa e assinatura do responsável



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX/2026

_____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no
(a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre,
plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____ de _____ 2026.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à,
declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no
presente processo licitatório DISPENSA DE LICITAÇÃO nº xxx/2026, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Cidade, ___ de _____ 2026.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO 4

**MODELO - Declaração da licitante de cumprimento ao artigo
7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº xxx/2026

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara par aos devidos fins do disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Sim () Não ()

Cidade, ____ de _____ 2026.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

3.2 - A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O valor global estimado é de R\$ XX.XXX,00 (XXXX mil e XXXX reais).

4.2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

4.2.1 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3 - A apresentação da Nota Fiscal de fatura deverá estar em total conformidade com o presente instrumento contratual e sua proposta, e deverá ser acompanhada da regularidade fiscal, social e trabalhista, com vigência na data de protocolo na administração pública;

4.4 - A nota fiscal deverá estar acompanhada de relatório assinado pelo gestor, contendo descrição dos itens conforme contrato e Ordem de Serviços - OS;

4.5 - Apresentar relação de Documentos solicitação na Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica da qual decorre este instrumento contratual;

4.6 - Apresentar cópia do presente Contrato somados aos seus aditivos quando houver; Todos os pagamentos serão realizados preferencialmente por conduto do PIX;

4.7 - O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da liquidação, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, caput do art. 331, 333, 368 e 371 da Lei Federal nº 10.406/2002, sendo permitido o pagamento nos termos do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 desde que haja motivação expressa pelo signatário da Contratante que inquestionavelmente justifique o fato;

4.8. Os pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 0,01% ao dia, considerando a contagem de prazo prevista no caput do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.9 - Na hipótese da aplicação de multas, só será permitido a liquidação da Nota Fiscal e a efetuação do pagamento após comprovação de recolhimento aos cofres públicos das multas aplicadas, ficando suspenso os prazos para fins de reajustes por atrasos no pagamento;

4.10. As notas fiscais deverão ser enviadas para o e-mail camaramsladm@gmail.com acompanhada dos respectivos arquivos *.xml;

4.11 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Santaluz/BA, inscrita no CNPJ/MF 13.227.459/0001-74, sediada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, centro, Santaluz / Estado da Bahia, neste Município.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

4.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.13 - Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

4.14 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.15 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.16 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.17 - Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.18 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.19 - O reajuste será realizado por apostilamento.

4.20 - Após o intervalo de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

4.21 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

4.21.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

4.21.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.

4.22 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

4.23 - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual relativa ao corrente exercício, na classificação abaixo:

Órgão: 01

Projeto/atividade: x.xx.xxx.x.xxx

Elemento de despesa: x.xx.xxx.xxxxx

Fonte de recurso: 1500

CLÁUSULA SEXTA – DO APOSTILAMENTO

6.1 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - As apostilas deverão ser realizadas pela autoridade competente ou fiscal do contrato, sendo de sua inteira responsabilidade realizar as anotações no verso da primeira folha deste instrumento, no lado esquerdo, devendo conter de forma sucinta e clara: a alteração, data, local e assinatura do autor;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

7.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, pelo Decreto Legislativo xx/2026, como Representantes da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, pela disciplina do art. 117 §1º §2º §3º Lei nº 14.133, de 2021;

8.2 – O Fiscal deste contrato será o(a) SR(a). XXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, ou profissional designado por meio de portaria ou decreto específico que deverá ser juntada posteriormente a este instrumento;

8.3 - Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar o fiscal do contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões definidas na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibida a fiscalização de contratos por amostragem.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

9.1.2) Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;

9.1.3) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

9.1.4) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

9.1.5) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;

9.1.6) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

9.1.7) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;

9.1.8) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos itens a serem entregues;

9.1.9) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;

9.1.10) Realizar Auditoria por meio do Sistema de Controle Interno em todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA, sempre que entender necessário;

9.1.11) Requerer quando for necessário dos representantes técnicos da empresa, do administrador e demais profissionais informações pertinentes a execução do contrato, que deverá ser fornecida de imediato com carência máxima de 72 (setenta e duas) horas;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

- 9.1.12) Atestar a entrega dos bens e/ou dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo, e após atesto e visto do Sistema de Controle Interno;
- 9.1.13) Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA de acordo com seu regime de Tributação;
- 9.1.14) Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 9.1.15) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 9.1.16) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 9.1.17) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- 9.1.18) Rejeitar os itens em desconformidade com o presente instrumento;
- 9.1.19) Rescindir o presente instrumento "unilateralmente" ou "bilateralmente" por conveniência e oportunidade nos termos da legislação vigente;
- 9.1.20) Suspender a execução do contrato a qualquer tempo que for detectado fraude no processo licitatório que decorreu este instrumento;
- 9.1.21) Suspender, sem danos para a administração, a execução do contrato se a CONTRATADA se envolver em escândalos que mancham a sua reputação ética e moral, até conclusão de processo administrativo que deverá iniciar de ofício sob penas de responsabilidade para o gestor do contrato;
- 9.1.22) Rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese das contas do gestor serem reprovadas no Tribunal de Contas, em decorrências de erros, imperícias e demais vícios que decorra de mau assessoramento, execução, inexecução, inércia, prevaricação por parte da CONTRATADA, desde que devidamente comprovada a culpa ou o dolo por meio de processo administrativo, sendo assegurado a contraditória e ampla defesa;
- 9.1.23) Abrir processo administrativo sempre que entender necessário para apuração de fatos que possam acarretar prejuízos para a administração, e constatado o dano ou a mera expectativa de dano, rescindir unilateralmente o presente instrumento, sendo assegurado o pagamento do objeto, nos termos da legislação em vigor;
- 9.1.24) A Administração Pública não responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

9.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 9.2.1) Os serviços deverão ser prestados em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Poder Legislativo, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.2.2) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação;

9.2.3) Prestar esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos;

9.2.4) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;

9.2.5) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

9.2.6) Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos objetos, cabendo-lhe arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com a CONTRATANTE, ficando vinculada,

se motivadamente for necessário, por força de exigência dos Controles externo e/ou interno, apresentar ao Fiscal do Contrato comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocado nas atividades, objeto do Contrato, sob pena de não serem liberados os pagamentos das faturas apresentadas pela CONTRATADA;

9.2.7) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

9.2.8) Manter, para atendimento dos pedidos, prepostos durante todo o período de vigência do Contrato, sem ônus para a CONTRATANTE;

9.2.9) Providenciar para que todos os seus empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, cumpram as normas de segurança internas relativas aos locais onde será entregue o objeto;

9.2.10) Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares do Controle Interno deste Município, sem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, quando for necessária sua permanência dentro das dependências da administração pública;

9.2.11) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

9.2.12) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.2.13) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.14) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela CONTRATANTE;

9.2.15) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

9.2.16) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que aconteçam em dependência da CONTRATANTE;

9.2.17) Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de suas funções;

9.2.18) É vedada à veiculação de publicidade acerca deste contrato, assim como a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução do objeto, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e/ou da CONTRATANTE;

9.2.19) Acompanhar o controle dos contratos, se responsabilizando pelas entregas em quantidades maiores do que as estabelecidas no instrumento contratual sem a devida formulação legal, fora do estabelecido no contrato etc., em todos os casos, a prestação em excesso não cria ônus para a administração, não cabendo a CONTRATADA realizar qualquer cobrança;

9.2.20) Comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto;

9.2.21) Comprovar a regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo mês do objeto constante da fatura (Lei nº 4.923/65);

9.2.22) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

9.2.23) A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do inciso XVII do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser motivo de rescisão contratual unilateral;

9.2.24) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.2.25) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

9.2.26) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.2.27) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis;

9.3. Das proibições

9.3.1) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

9.3.2) Interromper a entrega do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

9.3.3) Veicular a execução ou inexecução do contrato a propaganda ou anúncios de qualquer espécie ou pretexto a partidos políticos ou seus integrantes, mídia e afins, sendo permitido somente para todos os fins de discordância contratual ou inadimplência o devido processo legal – administrativamente ou via judicial;

9.3.4) Na existência de processo judicial fica a CONTRATADA proibida de expor a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE ou do magistrado os motivos do litígio, os acordos firmados, os prejuízos acumulados e qualquer outra informação, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da expedição do Alvará;

9.4. Das Normas Nacionais e Internacional de Anticorrupção

9.4.1) A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

9.4.2) A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal 8.429/1993;

9.4.3) Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

9.4.4) A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.

9.4.5) A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

9.4.6) A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.

9.4.7) Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos itens, conforme o caso.

9.4.8) Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

9.4.9) O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pela CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

9.4.10) A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula – Leis Anticorrupção – ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal 8.429/1993.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.4.11) A CONTRATADA é responsável solidária por danos causados a terceiros no uso de carro locado nos termos da Súmula nº 492 do Supremo Tribunal Federal – STF;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

10.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será motivo de penalidades:

11.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 - Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.7 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.8 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.9 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.10 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.11 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.12 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.13 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.14 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

11.14.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.14.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.14.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

11.15 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Câmara Municipal poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

11.16 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

11.17 - As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;

11.17.1 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.18 - No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada;

11.19 - Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do valetransporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município;

11.20 - A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante;

11.21 - O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/992 e demais crimes contra a ordem pública;

11.22 - Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 30 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - As partes terão direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando for o caso.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

12.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

12.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO

14.1 – O presente Contrato tem embasamento legal no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, atualizado através do Decreto Federal 11.871/23, publicado no DOU no dia 29.12.2023.

14.2 – A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do inciso I, do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.3 - A versão integral do contrato será disponibilizada no sítio da entidade, em cumprimento do § 1º, do art. 175 da Lei Federal nº 14.133/2021, até a disponibilização pelo governo Federal do Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e em sua inércia a jurisprudência do Tribunal de Contas da União aplicasse-a a jurisprudência de Tribunal de Contas mais benéfica para a Contratante;

15.2 - A critério da autoridade superior poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, a ser constituído pela autoridade competente nos termos do art. 151 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3 - Nos termos § 1º do art.92 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado o foro da Sede da Contratante para dirimir qualquer questão contratual,



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

Santaluz - BA, xx de xxxxxx de 2026.

Joseane Santos Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pessoa Jurídica
CONTRATADA



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Santaluz - BA, 05 de janeiro de 2026.

Da: Comissão de Contratação

Para: Procuradoria Jurídica e/ou Assessoria Jurídica

Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme itens constantes no termo de referência.

Processo Administrativo: 007/2026.

Em conformidade com Lei Federal 14.133/2021, precisamente em seu artigo 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de dispensa de licitação, e que seja elaborado um parecer jurídico para que o mesmo transcorra dentro dos trâmites legais e lisura administrativa.

Segue em anexo todo Processo Administrativo contendo as peças necessárias para devida apreciação.

Caso opine favoravelmente pela contratação favor encaminhar parecer jurídico favorável para que a autoridade superior autorize a contratação e proceda com a devida publicidade, nos termos do artigo 72, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 007/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº: 002/2026

INTERESSADO: Comissão de Licitações

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE DE MINUTAS. POSSIBILIDADE LEGAL. PARECER FAVORÁVEL. ART. 75, II DA LEI Nº 14.133/21.

I. RELATÓRIO

Veio a esta consultoria técnica especializada, para análise jurídica, o processo de dispensa de licitação que tem por finalidade a **contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme itens constantes no termo de referência.**

O serviço que a Administração pretende contratar encontra-se delimitado no pedido inicial, nos termos do Art. 72, incisos I e II da Lei 14.133/21, tudo isso com o escopo de resguardar a legalidade dos atos.

No que importa à presente análise, os autos foram autuados e vieram instruídos com os seguintes documentos:

- a. Requisição de despesa;
- b. Termo de Referência;
- c. Modelo de Proposta;
- d. Cotações e Mapa de preços;
- e. Autorização de abertura;
- f. Portaria de designação da comissão;
- g. Autuação;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

- h. Minuta de Edital;
- i. Solicitação de Parecer Jurídico;

É o relato do essencial.

II. ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente mister observarmos que o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Art.75, inciso II, da mesma Lei de Licitações.

No presente caso, a justificativa apresentada para a contratação direta foi o critério valorativo do serviço a ser contratado, de modo a implicar que a realização de procedimento de licitação para a contratação deste seria medida desarrazoada, haja vista seu valor diminuto. Portanto, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional são os seguintes, previstos na supramencionada lei:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Considerando, ainda, que o Decreto 12.807/2025 atualizou os valores estabelecidos pela Lei nº 14.133/21, modificando o valor previsto no Art. 75, inciso II para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Ao verificar os dados acima, tomando por base o valor estimado para o certame, infere-se que se enquadra legalmente na dispensa de licitação. Não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o Art. 72 da Lei 14.133/2021. Assim vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Vê-se, assim, que o Administração realizou cotação de preços, considerando pesquisa direta com fornecedores e as quantidades a serem contratadas, em consonância com o Art. 23 da Lei 14.133/21.

Os responsáveis pela condução do presente processo de Dispensa deverão verificar se a empresa a ser contratada preenche os requisitos.

Além disso, vislumbra-se do restante da documentação colacionada, que foram apresentados todos os documentos necessários. Respeitando-se, assim, o que a lei estabelece para a legalidade das contratações diretas.

No que tange à minuta do contrato e sua concordância com as imposições do Art. 92 da Lei 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
IX - a matriz de risco, quando for o caso;
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.

Por fim, da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório entende-se que os requisitos mínimos do Art. 92 da Lei licitações foram atendidos, havendo o atendimento aos preceitos legais, bem como a observância das minúcias necessárias a adequada prestação do serviço, conforme demanda da administração pública, dentro das especificações contidas no edital.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura.

Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

IV. DO PREÇO

De mais a mais, consta dos autos justificativa de preços, estes inclusive avalizados conforme orientações e parâmetros governamentais, de modo a garantir sua compatibilidade com o praticado no mercado especializado e princípios informadores da Administração Pública, notadamente economicidade e razoabilidade.

In casu, verifica-se a realização de coleta de preços no mercado com, pelo menos, 03 (três) fornecedores que atuam no mesmo ramo.

Não obstante, a contratação direta deverá ser precedida, preferencialmente, da divulgação do aviso da dispensa de licitação, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, conforme disposto no §2º do art. 75 da Lei 14.133/21.

De tal modo, a dispensa de licitação deve ser precedida de um processo com estrita observância dos princípios que norteiam a Administração Pública, de modo que seja contratada a proposta mais vantajosa ao Poder Público.

Observe-se ainda que tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *“Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.”* - Manual TCU.

V. CONCLUSÃO

Considerando as peças colacionadas aos presente autos, trazidas ao conhecimento dessa assessoria, bem como a incidência do normativo aplicável ao caso sub examine, face à adequação ao estabelecido pela Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores e demais artigos aplicáveis à espécie, podendo o feito ter o seu prosseguimento, com vistas ao fim colimado pelo interesse público.

ANTE O EXPOSTO, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, diante da



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

documentação acostada aos autos, entendo pela possibilidade da dispensa de licitação e aprovação da minuta do contrato, **pelo que se conclui e se opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento**, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade da presente Dispensa de Licitação, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

Assim, é o parecer que submetemos à consideração de Vossa Excelência.

S.M.J.

Santaluz/BA, 05 de janeiro de 2026.

Danilo de Souza Cruz
OAB/BA 39.787



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
ART. 75, INCISO II, § 2º E 3º DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Câmara Municipal de Santaluz, Estado da Bahia, torna público aos interessados que pretende realizar a **Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.**

As empresas interessadas e que atendam ao objeto desta contratação, devem enviar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que será escolhida a mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 08/01/2026 às 12:00 horas.

A Proposta de Preços poderá ser entregue pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: camaramsladm@gmail.com.

Qualquer esclarecimento ou solicitação poderá ser realizado através de mesmo endereço físico ou eletrônico.

Santaluz - Bahia, 05 de janeiro de 2026.

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000
CNPJ: 13.227.459/0001-74

PREMIUM

PUBLICAÇÕES E SISTEMAS

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL: PREMIUM PUBLICACOES E SISTEMAS		
CNPJ: 29.173.642/0001-74	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO: LOTEAMENTO DEMOISELLE 74		
E-MAIL: premiumpublicacoes@hotmail.com		TELEFONE: 75-991396208
BANCO – INTER – 077	AGÊNCIA Nº:0001	CONTA CORRENTE Nº:11537603-8
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS: 60 DIAS	PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: 3 DIAS UTEIS	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUAN T.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva	MÊS	12	5.050,00	60.600,00
Valor Total					60.600,00

Declaro para os devidos fins:

Que os preços cotados incluem :Identificação exata e precisa do serviço; preços unitários, com valores em reais, já inclusos todos os custos, como fretes, impostos, carga e descarga; condições e prazo de pagamento; condições e prazo de entrega ou execução.

Ainda declaro que:

Tive acesso ao documento que dispõe sobre as condições gerais de contratação, no qual constam todas as informações necessárias para elaboração da cotação dos preços.

ITABERABA, 08 DE JANEIRO DE 2026

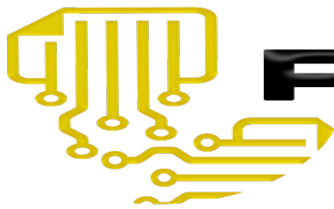
29.173.642/0001-74
L COSTA ARAUJO-ME
Rua Abel Ribeiro, nº 50
Deroa CEP: 46.880-000
Itaberaba BA

 (75) 99139-6208

 @premiumpublicacoes

 premiumpublicacoes@hotmail.com

 www.premiumpublicacoes.com.br



PREMIUM
PUBLICAÇÕES E SISTEMAS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2026

L COSTA ARAUJO (PREMIUM SISTEMAS E TECNOLOGIAS), CNPJ: 29.173.642/0001-74, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

ITABERABA, EM 08 DE JANEIRO DE 2026

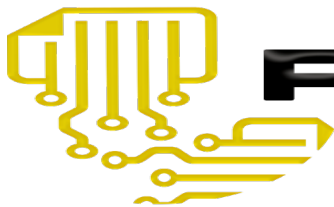
29.173.642/0001-74
L COSTA ARAUJO-ME
Rua Abel Ribeiro, nº 50
Deroa CEP. 46.880-000
Itaberaba BA

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

L COSTA ARAUJO (PREMIUM SISTEMAS E TECNOLOGIAS), CNPJ: 29.173.642/0001-74, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2026, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

ITABERABA, EM 08 DE JANEIRO DE 2026

29.173.642/0001-74
L COSTA ARAUJO-ME
Rua Abel Ribeiro, nº 50
Dereá CEP. 46.880-000
Itaberaba BA



PREMIUM
PUBLICAÇÕES E SISTEMAS

**DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO
7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A signatária L COSTA ARAUJO (PREMIUM SISTEMAS E TECNOLOGIAS), CNPJ: 29.173.642/0001-74, declara par aos devidos fins do disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

ITABERABA, EM 08 DE JANEIRO DE 2026

29.173.642/0001-74
L COSTA ARAUJO-ME
Rua Abel Ribeiro, nº 50
Derea CEP. 46.880-000
Itaberaba BA

ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

L COSTA ARAUJO

LILIANE COSTA ARAUJO, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 08/06/1996, SOLTEIRA, EMPRESARIA, CPF nº 073.138.695-76, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2121401750, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA MANOEL ANDRADE SAMPAIO, 351, CASA, DERBA, ITABERABA, BA, CEP 46880000, BRASIL titular da empresa L COSTA ARAUJO, registrada Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29105350235, com sede Rua Abel Ribeiro, 50 , Derba Itaberaba, BA, CEP 46880000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 29.173.642/0001-74, delibera e ajusta a presente alteração, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

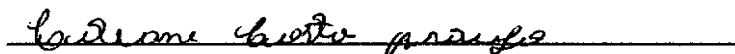
ALTERAÇÃO DA SEDE

Cláusula Primeira - Alterar o endereço da sede, que passa a localizar-se na RUA A, 74, CASA:, LOTEAMENTO DEMOISELLE, ITABERABA, BA, CEP 46.880-000.

Cláusula Segunda - Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estar assim ajustado, o empresário assina o presente instrumento.

ITABERABA, 10 de agosto de 2021.



LILIANE COSTA ARAUJO



Certifico o Registro sob o nº 98100619 em 12/08/2021

Protocolo 218222483 de 12/08/2021

Nome da empresa L COSTA ARAUJO NIRE 29105350235

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 191590081348830

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/08/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

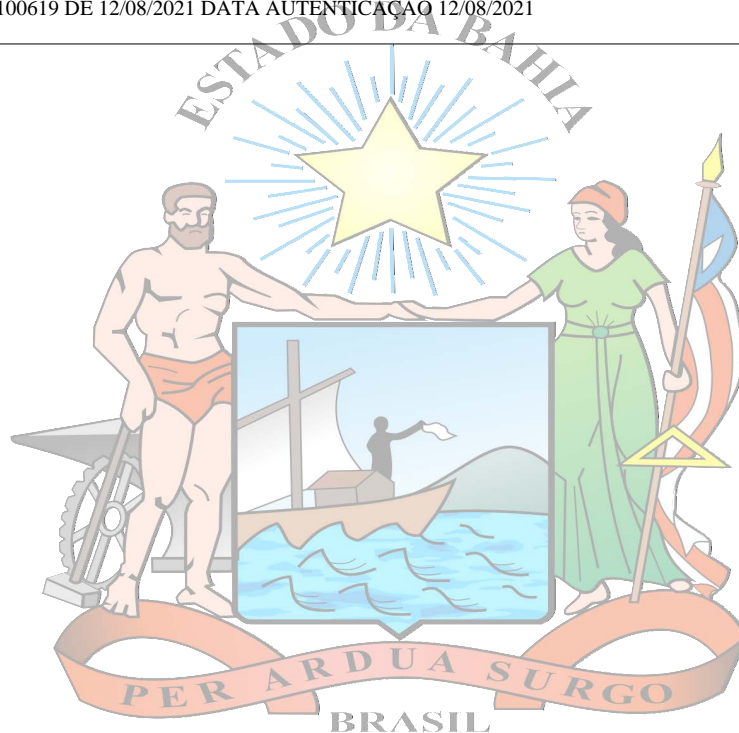


TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	L COSTA ARAUJO
PROTOCOLO	218222483 - 12/08/2021
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29105350235
CNPJ 29.173.642/0001-74
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/08/2021
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98100619 DE 12/08/2021 DATA AUTENTICAÇÃO 12/08/2021



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

12/08/2021

Certifico o Registro sob o nº 98100619 em 12/08/2021

Protocolo 218222483 de 12/08/2021

Nome da empresa L COSTA ARAUJO NIRE 29105350235

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 191590081348830

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/08/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 29.173.642/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/11/2017
NOME EMPRESARIAL L COSTA ARAUJO		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PREMIUM SISTEMAS E TECNOLOGIAS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 58.11-5-00 - Edição de livros 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.20-0-05 - Serviços de microfilmagem 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-01 - Fotocópias 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R A	NUMERO 74	COMPLEMENTO CASA
CEP 46.880-000	BAIRRO/DISTRITO LOTEAMENTO DEMOISELLE	MUNICIPIO ITABERABA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROGER_PRIME@OUTLOOK.COM		TELEFONE (75) 3251-3105/ (75) 9210-6369
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/11/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/04/2024** às **10:37:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	L COSTA ARAUJO ME
PROTOCOLO	173337562 - 29/11/2017
ATO	080 - INSCRIÇÃO
EVENTO	080 - INSCRIÇÃO

MATRIZ

NIRE 29105350235
CNPJ 29.173.642/0001-74
CERTIFICO O REGISTRO EM 29/11/2017

EVENTOS

315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA



HÉLIO PORTELA RAMOS
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 29105350235 em 29/11/2017

Protocolo 173337562 de 29/11/2017

Nome da empresa L COSTA ARAUJO ME NIRE 29105350235

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 223558393618336

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2017

por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

04/12/2017



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



**Número
073.138.695-76**

**Nome
LILIANE COSTA ARAUJO**

**Nascimento
08/06/1996**

**CÓDIGO DE CONTROLE
8A58.6AA8.2F86.34BC**



**Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 13:49:50 do dia 17/12/2020 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CANUDOS - ESTADO DA BAHIA -Rua
Getúlio Vargas Nº 03 - CEP 48.520-000 CNPJ: 04.216.533/0001-66

**CERTIDÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA
PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

Certifico, para os devidos fins, que a **empresa L COSTA ARAUJO**, inscrita no CNPJ 29.173.642/0001-74, com endereço na Rua A- LOT. DEMOISELLE , 74, Itaberaba-BA, **presta**, durante o **período contratual de 06 de janeiro de 2023 a 06 de junho de 2023**, a Câmara Municipal de Canudos/BA conforme contrato nº 008/2023. Os serviços desenvolvidos formam os seguintes: GERENCIAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PARA VIABILIZAR O CUMPRIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GARAMTIA DO ACESSO A INFORMAÇÃO PELO CIDADAO, OBJETIVANDO IMPLEMENTAR A POLITICA PUBLICA DE DESENVOLVIMENTO INTITUCIONAL, COM UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA PROMOÇÃO DA TRANSPARENCIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E FISCAL, NOS TERMOS DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO 12.527/11 PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO ENTRE GOVERNO, dando tudo por bom firme e valioso, firmo a presente para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Lavrei a Certidão que não contém emendas, nem rasuras.

Canudos/BA, 05 de Abril de 2023.

RÔMULO SÁ RABELO DE ARAÚJO
Presidente



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANUDOS
PODER LEGISLATIVO**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Câmara municipal de Canudos, localizada na rua Getúlio Vargas, 03 – Canudos-Bahia, CEP 48.520-000, CNPJ 04.216.533/0001-66, ATESTA para os devidos fins e efeitos legais, que: A empresa L COSTA ARAUJO , estabelecida na Rua A, 74, LOTE DEMOZEILE, Itaberaba-Bahia, inscrito no CNPJ nº 29.173.642/0001-74, prestou serviços a esta Casa Legislativa (Câmara Municipal de Canudos-Bahia), serviços prestados de assessoria e consultoria técnica com foco no monitoramento das obrigações do sistema e-social para demanda desta casa legislativa, no período de JANEIRO a DEZEMBRO DE 2023.

Para a execução dos serviços mencionados a empresa utilizou profissionais relacionados com a boa execução do objeto descrito. Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Canudos, Bahia, 27 de dezembro de 2023.

Romulo Sá Rebelo de Araújo
Presidente



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANUDOS
PODER LEGISLATIVO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Câmara municipal de Canudos, localizada na rua Getúlio Vargas, 03 – Canudos-Bahia, CEP 48.520-000, CNPJ 04.216.533/0001-66, ATESTA para os devidos fins e efeitos legais, que:

A empresa L COSTA ARAUJO, estabelecida na Rua A-LOT. Demoiselle, 74, Itaberaba-Bahia, inscrito no CNPJ nº 29.173.642/0001-74, presta serviços técnicos na área de solução integrada em tecnologia para fornecimento de licença de uso de software de gerenciamento de processo legislativo e painel eletrônico durante o exercício de 2025.

Para a execução dos serviços mencionados a empresa utilizou profissionais relacionados com a boa execução do objeto descrito. Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Canudos, Bahia, 13 de março de 2025.

Gilberto Lira dos Santos
GILBERTO LIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANUDOS
PODER LEGISLATIVO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Câmara municipal de Canudos, localizada na rua Getúlio Vargas, 03 – Canudos-Bahia, CEP 48.520-000, CNPJ 04.216.533/0001-66, ATESTA para os devidos fins e efeitos legais, que:

A empresa L COSTA ARAUJO, estabelecida na Rua A-LOT. Demoiselle, 74, Itaberaba-Bahia, inscrito no CNPJ nº 29.173.642/0001-74, prestou serviços a esta Casa Legislativa (Câmara Municipal de Canudos-Bahia), serviços de gerenciamento e alimentação de site institucional, para viabilizar o cumprimento da democracia participativa e garantia do acesso a informação pelo cidadão, objetivando implementar a política pública de desenvolvimento institucional, com utilização da tecnologia da informação, para promoção da transparência administrativa, financeira e fiscal, nos termos da lei de acesso a informação 12.527/11 promovendo a integração entre governo, cidadão e sociedade, no período de JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2024.

Para a execução dos serviços mencionados a empresa utilizou profissionais relacionados com a boa execução do objeto descrito. Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Canudos, Bahia, 26 de dezembro de 2024.

Romulo Sá Rebelo de Araújo
Presidente



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANUDOS
PODER LEGISLATIVO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Câmara municipal de Canudos, localizada na rua Getúlio Vargas, 03 – Canudos-Bahia, CEP 48.520-000, CNPJ 04.216.533/0001-66, ATESTA para os devidos fins e efeitos legais, que:

A empresa L COSTA ARAUJO, estabelecida na Rua A-LOT. Demoiselle, 74, Itaberaba-Bahia, inscrito no CNPJ nº 29.173.642/0001-74, prestou serviços a esta Casa Legislativa (Câmara Municipal de Canudos-Bahia), serviços de gerenciamento e alimentação de site institucional, para viabilizar o cumprimento da democracia participativa e garantia do acesso a informação pelo cidadão, objetivando implementar a política pública de desenvolvimento institucional, com utilização da tecnologia da informação, para promoção da transparência administrativa, financeira e fiscal, nos termos da lei de acesso a informação 12.527/11 promovendo a integração entre governo, cidadão e sociedade, no período de JANEIRO a DEZEMBRO DE 2023.

Para a execução dos serviços mencionados a empresa utilizou profissionais relacionados com a boa execução do objeto descrito. Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Canudos, Bahia, 27 de dezembro de 2023.

Romulo Sá Rebelo de Araújo
Presidente



ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Hanibal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ-13.226.584/0001-60
Caixa Postal nº 38 Telefax: (75)3246-1306/1413 E-mail : camarasaogoncalo@gmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **PREMIUM SISTEMAS E TECNOLOGIAS**, inscrita no CNPJ de nº **29.173.642/0001-74**, detém qualificação técnica para atuar com o **GERENCIAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PARA VIABILIZAR O CUMPRIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GARANTIA DO ACESSO A INFORMAÇÃO PELO CIDADÃO, OBJETIVANDO IMPLEMENTAR A POLITICA PUBLICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, COM UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA PROMOÇÃO DA TRANSPARENCIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E FISCAL, NOS TERMOS DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO 12.527/11 PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO ENTRE GOVERNO, CIDADÃO E SOCIEDADE**

A referida empresa prestou serviços técnicos citados a cima e tendo apresentado excelência nos serviços prestados nos exercícios de 2021, 2022 e 2023, Atestamos ainda que sempre foram demonstradas a eficiência e a credibilidade dos trabalhos que nos foram apresentados.

Atenciosamente,



Josué de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Vereadores de Santo Amaro

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO AMARO, CNPJ: 03.595.666/0001-28, neste ato, representada pelo Presidente, Excelentíssimo Sr. **HERDEN CRISTIANO DO AMARAL BOUÇAS**, atesta para os devidos fins que a **L COSTA ARAUJO, CNPJ: 29.173.642/000174**, representada pela Sra., Liliane Costa Araujo **SANTOS**, brasileira, solteira, portadora do CPF N 073.138.695-76 e RG Nº. 21214017-50 – SSP-BA, com escritório localizado na Rua Abel Ribeiro, 50 – Centro – Itaberba - BA, fone (75) 92106369, prestou os serviços abaixo relacionados com qualidade e presteza, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo nenhum registro que desabone a sua conduta até a presente data.

Relação de serviços prestados:

Descrição dos Serviços	Período
* GERENCIAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PARA VIABILIZAR O CUMPRIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GARAMTIA DO ACESSO A INFORMAÇÃO PELO CIDADAO, OBJETIVANDO IMPLEMENTAR A POLITICA PUBLICA DE DESENVOLVIMENTO INTIUCIONAL, COM UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA PROMOÇÃO DA TRANSPARENCIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E FISCAL, NOS TERMOS DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO 12.527/11 PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO ENTRE GOVERNO, CIDADÃO E SOCIEDADE	Jan/2019 a Dez/2020

SANTO AMARO -BA, 30 de dezembro de 2020

HERDEN CRISTIANO DO AMARAL BOUÇAS

Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Euclides da Cunha
Gabinete do Presidente

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a empresa **PREMIUM TECNOLOGIAS E SISTEMAS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na RUA A, 74, CIDADE DE DSUS, Itaberaba – BA. CEP: 46.880-000, inscrita no CNPJ SOB Nº. **29.173.642/0001-74**, prestou **SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ASSESSORAMENTO NO SISTEMA E-TCM**, durante o exercício financeiro, de interesse da Câmara Municipal de Euclides da Cunha, tendo iniciado em 02/01/2024 até a presente data, não tendo nada que desabone na prestação dos referidos serviços.

Euclides da Cunha, em 26 de Dezembro de 2024.


João Batista Pires Reis
Presidente



ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Euclides da Cunha
Gabinete do Presidente

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a empresa **PREMIUM TECNOLOGIAS E SISTEMAS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na RUA A, 74, CIDADE DE DSUS, Itaberaba – BA. CEP: 46.880-000, inscrita no CNPJ SOB Nº. **29.173.642/0001-74**, prestou **Serviços de assessorias e consultoria técnica especializada ao SIGA (Sistema Integrado de Gestão e Auditoria)**, em atendimento as **Resoluções emanadas pelo Tribunal de Contratos do Município, incluindo o assessoramento no preenchimento das informações dos módulos do SIGA, assessoramento às respostas das diligências mensais e anual do Tribunal de Contratos dos Municípios TCM/BA., que forem requisitadas pelo sistema SIGA, durante o exercício financeiro, de interesse da Câmara Municipal de Euclides da Cunha**, tendo iniciado em 02/01/2024 até a presente data, não tendo nada que desabone na prestação do referidos serviços.

Euclides da Cunha, em 26 de Dezembro de 2024.


João Batista Pires Reis
Presidente



Estado da Bahia
Câmara Municipal de Tucano

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025.

ATO: Dispensa de Licitação nº 012/2025.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tucano.

CONTRATADA: L COSTA ARAUJO, CNPJ sob nº 29.173.642/0001-74.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação do sistema de votação eletrônica, em formato digital, treinamento e suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso II da Lei 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 21/01/2025 a 31/12/2025.

VALOR GLOBAL: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	01.01.00 - Câmara Municipal
ATIVIDADE / PROJETO	2.001 - Manutenção dos Serviços da Câmara Municipal.
ELEMENTO	3.3.9.0.39.00.00 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	1500 – Recursos não vinculados de impostos

Tucano- BA, 21 de janeiro de 2025.

José Wilker Macêdo da Costa
Presidente da Câmara Municipal



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os fins e a quem possa interessar, que **PREMIUM TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA**, residente na Rua A, 74, Cidade de Deus - Município de Itaberaba Estado da Bahia, inscrito no CNPJ. sob o n^o. 29.173.642/0001-74, prestou **os LOCAÇÃO DE SOFTWARES PARA CONTROLE DE ACERVO FÍSICO DE DOCUMENTOS, COM DINAMIZAÇÃO AO ACESSO DE INFORMAÇÕES POR PARTE DOS CIDADÃOS.** neste Poder Legislativo Municipal de Itaberaba - Bahia desde o ano de 2024.

Para a execução dos serviços mencionados se mostrou um profissional qualificado para o exercício das atividades acima descritas.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram e são cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Itaberaba-Bahia, 26 de dezembro de 2024.


Gerson Almeida de Jesus

Presidente



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os fins e a quem possa interessar, que **PREMIUM TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA**, residente na Rua A, 74, Cidade de Deus - Município de Itaberaba Estado da Bahia, inscrito no CNPJ. sob o n^o. 29.173.642/0001-74, prestou **os PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALUSIVOS À INCLUSÃO DE DADOS, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DO SITE INSTITUCIONAL (LAYOUT DASTELAS; MODELAGEM DE BANCO DE DADOS; E PROGRAMAÇÃO) DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITABERABA BAHIA, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA PORTAL MODELO E SAPL, ALÉM DE TREINAMENTO DE SERVIDORES E MIGRAÇÃO DE DADOS, CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA DE SERVIDORES E MIGRAÇÃO DE DADOS, CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA.** neste Poder Legislativo Municipal de Itaberaba - Bahia desde o ano de 2024.

Para a execução dos serviços mencionados se mostrou um profissional qualificado para o exercício das atividades acima descritas.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram e são cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Itaberaba-Bahia, 26 de dezembro de 2024.


Gerson Almeida de Jesus

Presidente



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os fins e a quem possa interessar, que **PREMIUM TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA**, residente na Rua A, 74, Cidade de Deus - Município de Itaberaba Estado da Bahia, inscrito no CNPJ. sob o n.º 29.173.642/0001-74, prestou os **GERENCIAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PARA VIABILIZAR O CUMPRIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E GARANTIA DO ACESSO A INFORMAÇÃO PELO CIDADAO, OBJETIVANDO IMPLEMENTAR A POLITICA PUBLICA DE DESENVOLVIMENTO INTITUCIONAL, COM UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA PROMOÇÃO DA TRANSPARENCIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E FISCAL, NOS TERMOS DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO 12.527/11, COM EXIGÊNCIAS NAS LEIS: 8.666/93, 9755/98, 101/00, 131/09, 10.520/02, 10.994/04, DECRETO FEDERAL N.º 7.185/2010, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE.** neste Poder Legislativo Municipal de Itaberaba - Bahia desde o ano de 2024.

Para a execução dos serviços mencionados se mostrou um profissional qualificado para o exercício das atividades acima descritas.

Atestamos, ainda, que os compromissos assumidos foram e são cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Itaberaba-Bahia, 26 de dezembro de 2024.


Gerson Almeida de Jesus

Presidente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L COSTA ARAUJO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.173.642/0001-74

Certidão nº: 71565454/2025

Expedição: 24/11/2025, às 15:49:42

Validade: 23/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L COSTA ARAUJO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.173.642/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: L COSTA ARAUJO
CNPJ: 29.173.642/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:50:23 do dia 24/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/05/2026.

Código de controle da certidão: **CB47.B1CA.2078.BA40**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.173.642/0001-74
Razão Social: L COSTA ARAUJO
Endereço: RUA A 74 CASA / LOTEAMENTO DEMOISEL / ITABERABA / BA / 46880-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/12/2025 a 22/01/2026

Certificação Número: 2025122420384972073948

Informação obtida em 06/01/2026 15:45:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Prefeitura Municipal de Itaberaba

Secretaria Municipal da Fazenda

AVENIDA RIO BRANCO, 617

CENTRO - ITABERABA - BA CEP: 46880-000

CNPJ: 13.719.646/0001-75

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 002283/2025.E

Nome/Razão Social: **L COSTA ARAUJO**

Nome Fantasia: **PREMIUM SISTEMAS E TECNOLOGIAS**

Inscrição Municipal: **0008355**

CPF/CNPJ: **29.173.642/0001-74**

Endereço: **RUA A - LOT. DEMOISELLE, 74 CASA**

LOT. DEMOISELLE ITABERABA - BA CEP: 46880-000

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

Esta certidão foi emitida em 12/12/2025 com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **11/01/2026**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **860001181608000008525030002283202512121**



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:

<https://itaberaba.saatri.com.br>, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 06/01/2026 às 15:46:16



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255960240**

RAZÃO SOCIAL	
L COSTA ARAUJO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
145.086.574	29.173.642/0001-74

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 24/11/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 002/2026

ATA DE RESULTADO – LEI 14.133/2021

A Câmara Municipal de Santaluz, Estado da Bahia, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados o RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, que tem como objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.**

Considerando que passado o prazo de 03 (três) dias úteis foi apresentada proposta pela Empresa **L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74**, em conformidade com o Edital e dentro da média de preços obtida nas cotações realizadas por esta entidade:

PROPOSTA APRESENTADA:

Valor Mensal: R\$ R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais);

Valor Global: R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais);

Duração: 12 meses.

Conclui-se que às 12:01 (doze horas e um minuto) do dia 08/01/2026, a Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Santaluz, **DECLARA** a empresa **L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74**, apta nos termos do **Edital da Dispensa de Licitação nº. 002/2026**, considerando que a referida empresa encaminhou todos os documentos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista econômica e qualificação técnica em conformidade com os requisitos do edital, estando apta a contratar com a Administração Pública.

A Proposta de Preços poderá ser entregue pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: camaramsladm@gmail.com.

Santaluz - Bahia, 08 de janeiro de 2026.

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO
SANTALUZ - BAHIA – CEP: 48.880-000
CNPJ: 13.227.459/0001-74



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PARECER DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA Nº. 002/2026

Em análise sucinta efetuada pela Comissão de Contratação a respeito da **Dispensa de Licitação nº 002/2026** objetivando a **contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme itens constantes no termo de referência**, motivada pelo **Processo Administrativo nº 007/2026**, declaramos que o menor preço global foi apresentado pela empresa **L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74.**

Verificou-se ainda que a empresa apresentou preço compatível com os praticados no mercado e de acordo com o orçamento em anexo e conforme propostas constantes nos autos. Ademais, a empresa proponente apresentou documentação compatível com o objeto a ser executado, bem como regularidade jurídica e fiscal, estando habilitada a celebrar contrato com a Câmara Municipal de Santaluz.

Diante do exposto, esta Comissão emite parecer favorável à contratação direta da supracitada empresa: **L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74**, por apresentar a melhor proposta, no valor de **R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais).**

Jordania Lopes de Carvalho

Jordania Lopes de Carvalho
Agente de Contratações



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO da Comissão de Contratação que prevê que a DISPENSA DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto a ser contratado: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.

Favorecido: L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74.

Prazo de Execução: 12 (doze) meses;

Vigência: Contado a partir do dia 09/01/2026 até o dia 31/12/2026, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da Lei Federal 14.133/2021;

Valor Mensal: R\$ R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais);

Valor Global: R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais);

Fundamento Legal: Art. 75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021;

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Santaluz – BA, 09 de janeiro de 2026.

Joseane Santos Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO
SANTALUZ - BAHIA – CEP: 48.880-000
CNPJ: 13.227.459/0001-74



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

CNPJ Nº 13.227.459/0001-74

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 007/2026.

CONTRATO: 007/2026.

CONTRATADO: L COSTA ARAÚJO ME, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, vigorando a partir do dia 09/01/2026 até o dia 31/12/2026, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

Valor Mensal: R\$ R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais);

Valor Global: R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 1
Projeto/atividade: 1.31.001.2.102
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00
Fonte de recurso: 1500

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.

Santaluz - BA, 09 de janeiro de 2026.

Joseane Santos Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000
CNPJ: 13.227.459/0001-74



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

CONTRATO Nº 007/2026

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA e a Pessoa Jurídica CYBERSOLUTIONS TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA.

Pelo presente contrato de fornecimento na **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ, Estado da Bahia**, que entre si fazem, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ-BA**, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz/BA, CEP: 48.880-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 13.227.459/0001-74, representado(a) pelo(a) Presidente(a), Sr(a). Joseane Santos Lopes, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 031.206.095-52 e portadora do RG nº 16.430.358-86 SSP/BA, doravante designado simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado, a empresa **L COSTA ARAUJO, inscrita no CNPJ: 29.173.642/0001-74**, sediada na Rua A, Loteamento Demoiselle, Itaberaba, Bahia, com seu representante legal, conforme Ato Constitutivo, a seguir denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato para fornecimento, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e da Lei nº 123/2006, e pelas demais disposições pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo o suporte técnico, licença de uso, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Santaluz, conforme itens constantes no termo de referência.

1.2 - Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as disposições e condições do **Edital de Dispensa de Licitação nº. 002/2026**, bem como a Proposta de Preços da CONTRATADA, Anexos e pareceres que formam o procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, vez que compõe, em todos os seus termos, o **Processo Administrativo n. 007/2026** e a **Dispensa de Licitação 002/2026**.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, vigorando a partir do dia 09/01/2026, até o dia 31/12/2026, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

3.2 - A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O valor mensal é de R\$ R\$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais), em 12 (doze) parcelas mensais, perfazendo um valor global estimado é de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais).

4.2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

4.2.1 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3 - A apresentação da Nota Fiscal de fatura deverá estar em total conformidade com o presente instrumento contratual e sua proposta, e deverá ser acompanhada da regularidade fiscal, social e trabalhista, com vigência na data de protocolo na administração pública;

4.4 - A nota fiscal deverá estar acompanhada de relatório assinado pelo gestor, contendo descrição dos itens conforme contrato e Ordem de Serviços - OS;

4.5 - Apresentar relação de Documentos solicitação na Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica da qual decorre este instrumento contratual;

4.6 - Apresentar cópia do presente Contrato somados aos seus aditivos quando houver; Todos os pagamentos serão realizados preferencialmente por conduto do PIX;

4.7 - O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da liquidação, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, caput do art. 331, 333, 368 e 371 da Lei Federal nº 10.406/2002, sendo permitido o pagamento nos termos do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 desde que haja motivação expressa pelo signatário da Contratante que inquestionavelmente justifique o fato;

4.8. Os pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 0,01% ao dia, considerando a contagem de prazo prevista no caput do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.9 - Na hipótese da aplicação de multas, só será permitido a liquidação da Nota Fiscal e a efetuação do pagamento após comprovação de recolhimento



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

aos cofres públicos das multas aplicadas, ficando suspenso os prazos para fins de reajustes por atrasos no pagamento;

4.10. As notas fiscais deverão ser enviadas para o e-mail camaramsladm@gmail.com acompanhada dos respectivos arquivos *.xml;

4.11 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Santaluz/BA, inscrita no CNPJ/MF 13.227.459/0001-74, sediada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, centro, Santaluz / Estado da Bahia, neste Município.

4.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.13 - Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

4.14 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.15 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.16 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.17 - Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.18 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.19 - O reajuste será realizado por apostilamento.

4.20 - Após o intervalo de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

4.21 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

4.21.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

4.21.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa):



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.

4.22 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

4.23 - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual relativa ao corrente exercício, na classificação abaixo:

Unidade: 101

Projeto/atividade: 2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: 1500

CLÁUSULA SEXTA – DO APOSTILAMENTO

6.1 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - As apostilas deverão ser realizadas pela autoridade competente ou fiscal do contrato, sendo de sua inteira responsabilidade realizar as anotações no verso da primeira folha deste instrumento, no lado esquerdo, devendo conter de forma sucinta e clara: a alteração, data, local e assinatura do autor;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

7.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, pela disciplina do art. 117 §1º §2º §3º Lei nº 14.133, de 2021;

8.2 – O Fiscal deste contrato será a Sr.^a Naiele Santos Silva, CPF n. 066.160.455-10, assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, ou profissional designado por meio de portaria ou decreto específico que deverá ser juntada posteriormente a este instrumento;

8.3 - Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar o fiscal do contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões definidas na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibida a fiscalização de contratos por amostragem.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

9.1.2) Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;

9.1.3) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

9.1.4) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

- 9.1.5) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;
- 9.1.6) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- 9.1.7) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;
- 9.1.8) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos itens a serem entregues;
- 9.1.9) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
- 9.1.10) Realizar Auditoria por meio do Sistema de Controle Interno em todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA, sempre que entender necessário;
- 9.1.11) Requerer quando for necessário dos representantes técnicos da empresa, do administrador e demais profissionais informações pertinentes a execução do contrato, que deverá ser fornecida de imediato com carência máxima de 72 (setenta e duas) horas;
- 9.1.12) Atestar a entrega dos bens e/ou dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo, e após atesto e visto do Sistema de Controle Interno;
- 9.1.13) Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA de acordo com seu regime de Tributação;
- 9.1.14) Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 9.1.15) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 9.1.16) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 9.1.17) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- 9.1.18) Rejeitar os itens em desconformidade com o presente instrumento;
- 9.1.19) Rescindir o presente instrumento "unilateralmente" ou "bilateralmente" por conveniência e oportunidade nos termos da legislação vigente;
- 9.1.20) Suspender a execução do contrato a qualquer tempo que for detectado fraude no processo licitatório que decorreu este instrumento;
- 9.1.21) Suspender, sem danos para a administração, a execução do contrato se a CONTRATADA se envolver em escândalos que mancham a sua reputação ética e moral, até conclusão de processo administrativo que deverá iniciar de ofício sob penas de responsabilidade para o gestor do contrato;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.1.22) Rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese das contas do gestor serem reprovadas no Tribunal de Contas, em decorrências de erros, imperícias e demais vícios que decorra de mau assessoramento, execução, inexecução, inércia, prevaricação por parte da CONTRATADA, desde que devidamente comprovada a culpa ou o dolo por meio de processo administrativo, sendo assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.23) Abrir processo administrativo sempre que entender necessário para apuração de fatos que possam acarretar prejuízos para a administração, e constatado o dano ou a mera expectativa de dano, rescindir unilateralmente o presente instrumento, sendo assegurado o pagamento do objeto, nos termos da legislação em vigor;

9.1.24) A Administração Pública não responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

9.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

9.2.1) Os serviços deverão ser prestados em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Poder Legislativo, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.2) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação;

9.2.3) Prestar esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos;

9.2.4) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;

9.2.5) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

9.2.6) Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos objetos, cabendo-lhe arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com a CONTRATANTE, ficando vinculada,

se motivadamente for necessário, por força de exigência dos Controles externo e/ou interno, apresentar ao Fiscal do Contrato comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocado nas atividades, objeto do



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Contrato, sob pena de não serem liberados os pagamentos das faturas apresentadas pela CONTRATADA;

9.2.7) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

9.2.8) Manter, para atendimento dos pedidos, prepostos durante todo o período de vigência do Contrato, sem ônus para a CONTRATANTE;

9.2.9) Providenciar para que todos os seus empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, cumpram as normas de segurança internas relativas aos locais onde será entregue o objeto;

9.2.10) Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares do Controle Interno deste Município, sem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, quando for necessária sua permanência dentro das dependências da administração pública;

9.2.11) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

9.2.12) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido;

9.2.13) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.14) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela CONTRATANTE;

9.2.15) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

9.2.16) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que aconteçam em dependência da CONTRATANTE;

9.2.17) Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de suas funções;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.2.18) É vedada à veiculação de publicidade acerca deste contrato, assim como a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução do objeto, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e/ou da CONTRATANTE;

9.2.19) Acompanhar o controle dos contratos, se responsabilizando pelas entregas em quantidades maiores do que as estabelecidas no instrumento contratual sem a devida formulação legal, fora do estabelecido no contrato etc., em todos os casos, a prestação em excesso não cria ônus para a administração, não cabendo a CONTRATADA realizar qualquer cobrança;

9.2.20) Comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto;

9.2.21) Comprovar a regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo mês do objeto constante da fatura (Lei nº 4.923/65);

9.2.22) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

9.2.23) A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do inciso XVII do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser motivo de rescisão contratual unilateral;

9.2.24) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento;

9.2.25) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

9.2.26) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.2.27) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis;

9.3. Das proibições



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

- 9.3.1) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 9.3.2) Interromper a entrega do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- 9.3.3) Veicular a execução ou inexecução do contrato a propaganda ou anúncios de qualquer espécie ou pretexto a partidos políticos ou seus integrantes, mídia e afins, sendo permitido somente para todos os fins de discordância contratual ou inadimplência o devido processo legal – administrativamente ou via judicial;
- 9.3.4) Na existência de processo judicial fica a CONTRATADA proibida de expor a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE ou do magistrado os motivos do litígio, os acordos firmados, os prejuízos acumulados e qualquer outra informação, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da expedição do Alvará;

9.4. Das Normas Nacionais e Internacional de Anticorrupção

9.4.1) A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, “Leis Anticorrupção”. Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

9.4.2) A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal 8.429/1993;

9.4.3) Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

9.4.4) A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.

9.4.5) A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

9.4.6) A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.

9.4.7) Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos itens, conforme o caso.

9.4.8) Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

9.4.9) O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pela CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

9.4.10) A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula – Leis Anticorrupção – ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal 8.429/1993.

9.4.11) A CONTRATADA é responsável solidária por danos causados a terceiros no uso de carro locado nos termos da Súmula nº 492 do Supremo Tribunal Federal – STF;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente,



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será motivo de penalidades:

11.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 - Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.7 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.8 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.9 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.10 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.11 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.12 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.13 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.14 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

11.14.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.14.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.14.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

11.15 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Câmara Municipal poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

11.16 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

11.17 - As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;

11.17.1 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.18 - No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada;

11.19 - Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do valetransporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município;

11.20 - A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante;

11.21 - O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/992 e demais crimes contra a ordem pública;

11.22 - Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 30 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - As partes terão direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando for o caso.

12.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

12.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO

14.1 - O presente Contrato tem embasamento legal no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, atualizado através do Decreto Federal 11.871/23, publicado no DOU no dia 29.12.2023.

14.2 - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do inciso I, do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.3 - A versão integral do contrato será disponibilizada no sítio da entidade, em cumprimento do § 1º, do art. 175 da Lei Federal nº 14.133/2021, até a disponibilização pelo governo Federal do Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e em sua inércia a jurisprudência do Tribunal de Contas da



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

União aplicasse-a a jurisprudência de Tribunal de Contas mais benéfica para a Contratante;

15.2 - A critério da autoridade superior poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, a ser constituído pela autoridade competente nos termos do art. 151 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3 - Nos termos § 1º do art.92 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado o foro da Sede da Contratante para dirimir qualquer questão contratual, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

Santaluz - BA, 09 de janeiro de 2026.

Joseane Santos Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

29.173.642/0001-74
L COSTA ARAUJO-ME
Rua Abel Ribeiro, nº 50
L COSTA ARAUJO
CNPJ N. 29.173.642/0001-74
CONTRATADA